

O LUTO SEM CORPO E A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS POR PARTE DE SEUS FAMILIARES¹

FERREIRA NETTO, Leticia R. (UNESP – FCL-Ar/ São Paulo)

Palavras-chave: Luto; Desaparecidos Políticos; Memória.

Introdução

Os rituais associados ao luto são tão variados quanto os grupos culturais humanos. Cada um com uma abordagem e uma relação específica com o corpo falecido trazendo semelhanças e diferenças entre si. Dentro do presente trabalho, obviamente, não há possibilidade de se tratar de todos os rituais e como estes se apresentam e nem esta é a proposta. Busco dentro da pesquisa em desenvolvimento um pequeno recorte e a partir deste pude perceber elementos importantes para os estudos do luto.

O recorte, já adiante, é de algumas famílias urbanas do estado de São Paulo que possuem familiares desaparecidos na ditadura civil-militar de 1964. No entanto, não é possível falar de desaparecimento e luto no Brasil sem se falar dessas circunstâncias no Ocidente e em comparação com países vizinhos na América do Sul. Para este momento breve de texto, contextualizo o Brasil juntamente com os estudos da Morte no ocidente e os estudos sobre a ditadura argentina.

A morte, o luto e o corpo

Antes de iniciar este tópico, uma ressalva se faz necessária. O caso de famílias com membros desaparecidos é bastante delicado e não cabe a pesquisadora definir quem está desaparecido e quem está falecido, apesar do senso comum construído em torno dessas pessoas. A trajetória que apresento é a revisão documental de certos textos, como etnografias, autobiografias e entrevistas, e os trabalhos de entrevistas com estas famílias estão em desenvolvimento. Porém, todos estes elementos já apresentam um elemento significativo que é a relação que cada familiar desenvolve com seu parente desaparecido. Creio que dentro dos trabalhos de pesquisa, muitas vezes nos armamos com pré-concepções que podem prejudicar a percepção de nuances e, ainda, muitas vezes é necessário desdobrar aquilo que um senso comum já erigiu enquanto realidade e buscar compreender como este conhecimento e essas percepções se constroem. Essa

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB

abordagem foi utilizada para entrar em contato com os textos oficiais das diferentes comissões que cito a seguir e para entrar em contato com as falas e entrevistas em desenvolvimento.

A partir disso precisamos colocar que não se pode sempre falar de luto para famílias com membros desaparecidos. E isto devido a como o luto se erige para a sociedade ocidental e sociedade brasileira que são os focos e *locus* da pesquisa. Opto, então, por começar do princípio e do geral e realizar as distinções.

O processo de morte no ocidente é trabalhado em um clássico livro de Phillip Ariès, *A história da morte no ocidente* (2003). A abordagem historiográfica da pesquisa de Ariès constrói a imagem da morte para o Ocidente, com foco na Europa, desde a Roma antiga, mas principalmente com o fim da Idade Média. Recupero este autor no momento em que o mesmo coloca como as imagens do corpo morto se distinguem em diferentes momentos. Enquanto podemos ter uma grande proximidade dos corpos dentro das igrejas católicas em alguns períodos, os séculos XVII e XVIII apresentam um momento de inflexão no momento da morte. Tanto pelos processos de higienização conhecidos desses momentos, como pela secularização dos corpos com a apropriação dos corpos mortos pela medicina e sua retirada das igrejas e dos espaços públicos, e ainda com a individualização crescente dos túmulos que serão construídos nos cemitérios localizados em periferias das cidades².

Esses processos de apropriação dos corpos por diferentes instâncias denotam as mudanças sociais que se iniciam no Ocidente no mesmo período e que se prolongarão e se tornarão instituições sociais dentro do século XIX, XX e XXI. Tais instituições serão, por exemplo, os hospitais, institutos médico-legais e os cemitérios. Se no início de tais transformações existiam diferentes resistências em aceitar a legitimidade desses espaços, atualmente esses espaços são considerados tradicionais para aqueles que se relacionam com os corpos mortos.

A trajetória que os corpos percorrem quando de sua morte é diferenciada para cada morte. E a partir dessa visão comecei a identificar a necessidade de se perceber a presença dos corpos e como estes se apresentam nos rituais. Quando da morte de um indivíduo, o espaço em que esta morte ocorre é significativo. Ocorrendo em um hospital ou local de tratamento médico credenciado, esses locais podem atestar a morte e encaminham os corpos às agências funerárias. Quando a morte ocorre em outro local, o

² Neste assunto, conferir ARIÈS, 2003; REZENDE, 2000.

IML é chamado e esta instituição atesta o óbito e o corpo é retirado pela funerária³. Nas agências funerárias, os corpos podem ser tratados para um enterro ou para uma cremação.⁴ Quando preparado para um enterro, o corpo é velado de acordo com as crenças da família e do indivíduo falecido e seguirá para o cemitério, em jazigos públicos ou privados, e será enterrado e possuirá uma lápide ou inscrição que o individualize.

Dentro do processo de velar os corpos, acredito que seja importante a diferenciação da relação da família com esse velar. Já identifiquei três formas de se relacionar com os corpos: a relação com os corpos identificáveis, com corpos não-identificáveis e com a ausência desses corpos. Já discorri mais longamente em outros trabalhos⁵, mas vale a contextualização. A relação com os corpos identificáveis ocorre com a similitude do sono impressa no corpo pelos diferentes tratamentos funerários. A relação com os corpos não-identificáveis se insere nas situações em que existe a necessidade do corpo velado com o caixão fechado, que transmite uma imagem de seriedade da morte e da impossibilidade do “último adeus”. Porém, vai além, ao se colocar a necessidade da mediação do saber médico sobre os corpos sem identificação visual possível. Assim, a presença de laudos e autos e a demora decorrente desses mesmos processos marcam esse luto e denotam uma outra relação com a morte que já inclui a espera e o não-domínio das circunstâncias que envolvem a morte. Essa morte necessariamente passará pelo IML e outros locais para atestar a sua identidade.

A terceira forma de relação com os corpos em um processo de luto é a ausência do corpo. Diferentes circunstâncias podem levar a essa situação. Sejam desastres naturais ou acidentes ou o caso de desaparecidos políticos ou civis. Essa situação é mais delicada que as demais quando se fala de luto. Se entendermos luto como um dos rituais presentes no momento da morte de um indivíduo não poderemos chamar de luto para todas as famílias afetadas por desaparecimentos políticos ou outros. Isto devido a necessidade de se compreender que nem todas as famílias percebem seus desaparecidos como falecidos apesar de longos tempos de desaparecimento. Enquanto se tem

³ MEDEIROS, 2012.

⁴ Segundo relatos obtidos em trabalho de campo, essa opção ainda é não é a mais utilizada no Brasil, apesar da crescente utilização dessa forma de tratamento do corpo e a necessidade de estudos a respeito desse meio.

⁵ FERREIRA NETTO, L. As diferenças dos processos de enlutamento a partir da condição do corpo morto. In: Movimentos sociais no século XXI: olhares sobre o Brasil Contemporâneo. Anais da XIV Semana da Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara, 2015 (Brasil). – Documento eletrônico. - Araraquara : FCL-UNESP, 2015. – Modo de acesso: <http://www.ppgcso-fclar.coletivando.org/xivsemanappgcsso.pdf>

entendido que o ritual de luto é uma das finalizações da morte e que com o fim do enlutamento o indivíduo sobrevivente se relacionará socialmente mais uma vez e a sociedade se reorganizará para suprir a ausência de um de seus membros, a situação dos familiares de desaparecidos não apresenta essas características no mesmo tempo e processo que os demais membros da sociedade. No entanto, se a partir da concepção de Sigmund Freud⁶, entendermos o luto como um processo de perda e de readequação da vida de uma pessoa para se relacionar com esta perda, que é o que busco perceber, podemos falar de luto para pessoas com membros desaparecidos. No entanto, não podemos esperar que essas famílias se relacionem da mesma forma que aquelas que podem enterrar ou cremar seus mortos. O processo de luto para familiares de pessoas desaparecidas pode nunca acabar e acredito que os estudos da Morte precisem colocar essa situação atípica quando falamos de rituais de luto e de ausências.

Como velar um corpo ausente? ou Do processo de luto de famílias com membros desaparecidos

Percebo o processo de perda a partir da análise freudiana, mas entendo, no entanto, o rito de luto enquanto uma prática do social⁷ e não só individual. Ou seja, apesar de afetar diferentemente as pessoas de um grupo a ausência de um de seus membros, o ritual e as temporalidades do luto tendem a ser semelhantes e algumas manifestações, apesar do embargo da morte para o Ocidente a partir do século XX⁸ (ARIÈS, 2003), se dão de forma coletiva.

Adriane Rodolpho, em um artigo de revisão bibliográfica sobre os rituais, coloca que:

[...] a morte não se relaciona simplesmente com um cadáver, com o fim de uma vida, mas trata-se igualmente de uma nova condição, uma nova iniciação à vida eterna, ao reino dos mortos.[...] Os rituais de sepultamento igualmente simbolizam a separação do mundo dos vivos[...]. O não-cumprimento destas prescrições pode ocasionar resultados, como o destino da alma que pode errar sobre a terra, ou ocasionar outros riscos para o mundo dos vivos.[...] assim como um bebê não é *propriamente* “vivo” até passar pelos ritos de nascimento, um cadáver não é *propriamente* “morto”, até passar pelos ritos de

⁶ FREUD, 2011.

⁷ Sobre este tema, conferir:

Rodolpho, 2004; Peirano, 2003; Novaes, 1983; Cunha, 1978.

⁸ Para o autor, o século XX também marca um momento importante nos estudos da morte devido a seu contínuo e intenso afastamento do cotidiano ao ponto de existir um embargo para os rituais e as manifestações de dor e luto dos relacionados ao indivíduo falecido. Não é de bom tom incomodar as pessoas com os sentimentos de luto, de morte e de perda. O luto se tornará individual, particular, privado, após os rituais de enterro ou cremação. Daí a denominação de embargo.

sepultamento [entendo aqui como ritos de luto que podem envolver diferentes destinações para o corpo]. (RODOLPHO, 2004, p.142) (grifos da autora).

Esta longa citação consegue trazer sinteticamente os estudos da morte desenvolvidos em várias comunidades, inclusive a ocidental. E é uma constatação que se percebe em trabalhos de campo e etnografias. A formatação dos rituais é específica para cada paradigma cultural, mas a presença desse tipo de rito em várias comunidades coloca a importância para as comunidades de um distanciamento saudável entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Para a sociedade brasileira, devido a influência de várias religiões, a formatação do ritual do luto passa pelo enterro, na maioria dos casos, mesmo quando a família não professa uma crença religiosa específica. Dessa forma, como enterrar um desaparecido, um indivíduo que não tem um corpo?

Quando se fala do desaparecimento de um indivíduo, e aqui vou focar nos desaparecimentos políticos ocorridos na ditadura civil-militar brasileira iniciada com o golpe de 1964, as relações que a família erigirá sobre este indivíduo e sua lembrança não serão construídas da mesma maneira que outros tipos de corporalidade dentro do luto. Tanto pela ausência do corpo quanto pela violência que envolvia estas pessoas naquele momento. Isto é perceptível na fala dos familiares. Aqui, buscarei focar apenas nas falas presentes em documentos, biografias e outras etnografias.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014, é colocada a definição de morte e desaparecimento político para esta comissão. Morte política é a morte causada por agentes vinculados ao Estado no referido período por motivações de coibir as ações políticas, quais fossem, de um indivíduo, e com posterior encaminhamento do corpo à família para seus rituais específicos ou com reivindicações aceitas e devoluções dos falecidos. Já desaparecimento político é a ação contra um indivíduo também por motivações políticas e que resulta em sua morte, porém os corpos não retornam aos familiares. A definição dessas mortes e desaparecimentos passa ainda por um processo jurídico e burocrático a fim de atestar a ação do Estado e a vinculação desses indivíduos a grupos políticos da época. (BRASIL, 2014).

Um dos casos mais abordados quando se fala em desaparecimentos políticos no país se refere a família do ex-deputado Rubens Paiva. E isto se refere, por exemplo, a própria decisão da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo em homenageá-lo, nomeando-se Comissão Rubens Paiva.

A grande veiculação na mídia desde o momento de seu desaparecimento colabora para a publicização desse caso e dos pedidos da família de justiça e direitos de reaver o corpo. Em certo sentido, também é interessante o acesso a esse material para a pesquisa.

Creio que uma das formas em que mais se coloque a relação com o desaparecimento de Rubens Paiva seja através dos livros de seu filho, dois deles em que trata especificamente de sua própria biografia e a relação com o desaparecimento do pai e como isto interfere nas relações da família. Porém, o trabalho “Infância Roubada” da Comissão Rubens Paiva também traz o relato de uma das filhas do ex-deputado, além do depoimento de outros 33 depoimentos de filhos e filhas de desaparecidos e mortos políticos.

Ainda dentro dos documentos, a etnografia de Catela junto às famílias de desaparecidos na Argentina denota diferenças, mas muitas similaridades com as famílias brasileiras. Os movimentos em nossa vizinha podem ser mais numerosos, mas a vivência das famílias com membros desaparecidos é semelhante.

Um livro que não tem fim

O desaparecimento de Rubens Paiva ocorre em 1971, após falsas notícias de que ele teria fugido em uma transferência de locais de prisão. No mesmo ano, diferentes jornais, contatados pela família, já divulgavam esse desaparecimento dentro do que a censura permitia.

Nos textos publicados, tanto *Feliz Ano Velho* como no mais recente *Ainda estou aqui*, e no depoimento prestado a Comissão estadual, pode-se perceber elementos delicados que se referem a esse período vivenciado pela família. Nos diferentes textos é abordada a questão do não-saber da morte e da aceitação da morte em diferentes momentos para cada um dos membros da família.

Enquanto a filha, que também foi levada junto com a mãe, ao DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) do Rio de Janeiro, em relato diz saber que seu pai havia morrido quando sai desta instituição (SÃO PAULO, 2014), o pai de Rubens Paiva, falecido poucos anos após o desaparecimento do filho, acreditava que este voltaria para a casa. A relação das outras filhas e do filho e da esposa eram semelhantes. Cada um a seu tempo encarará a situação de considera-lo falecido.

A questão do tempo de aceitação e as práticas resultantes disso são significativos para os casos de desaparecimento. No livro *Ainda estou aqui*, o autor conta as posturas da mãe em discutir este assunto com ele; a sua própria espera e esperança de retorno; a constante busca e espera pelos documentos como atestados de morte presumida, atestados de óbito e, finalmente, o atestado de óbito sob tortura. E mesmo afirmando que encara o pai como falecido, o autor termina a obra deixando um momento em aberto para a mãe e com a frase “Enquanto a morte do meu pai não tem fim”.

Em outros momentos, ele coloca: “Àquela altura, não sabíamos se meu pai estava vivo ou morto. [...]. Àquela altura, meses depois da prisão, minha mãe sabia que meu pai estava morto. Mas eu não.”(PAIVA, 2015, p.71). E ainda, evidenciando as percepções daqueles que estudam os desaparecidos, coloca:

Minha mãe montou um quarto com uma cama de viúva. Trancava-se todas as noites para acender velas e chorar. Nunca a vimos chorando. Trancava-se e preferia sofrer sozinha. À luz de velas. Queria nos preservar, me diria anos depois, repetidas vezes. Não o enterrara ainda. Ninguém o enterrava. Tinha esperança de acordar de um pesadelo [...]. Tem oficial garantindo que ele está vivo. Tem jornalista alertando: está morto. [...] Enterrar seria desistir. A nós [filhas e o filho], nada dizia. Para nós, ele ainda estava vivo. Cada um dos filhos o enterrou à sua maneira, em épocas diferentes, silenciosamente. Depois de um, dois anos, dois anos e meio... O tempo era o seu atestado de óbito. A demora, a comprovação que faltava. (PAIVA, 2015, p.163).

“Los estoy matando dos veces”

O mesmo discurso encontra-se nos relatos coletados por Catela nas famílias argentinas. Esta frase se refere a fala de uma mãe entrevistada que fala sobre não aceitar a morte dos filhos. Ao mesmo tempo em que reconhece a morte dos filhos, não a aceitará até que lhe digam o que se passou com eles. E, para tanto, os corpos precisam ser encontrados.

Os casos de mortes e desaparecimentos na Argentina suplantam os brasileiros em mais de duas vezes⁹ apesar da extensão da ditadura argentina ter sido menor em questões temporais. As reações das famílias a esses casos de desaparecimentos, no entanto, se assemelham com as nossas. A busca, a espera e a esperança dão a tônica dos desaparecimentos nos dois países.

Catela coloca a ambiguidade que a presença do desaparecido coloca em uma família e o estigma associado a essa família. Este estigma também é colocado por Paiva,

⁹ Contabilizando conjuntamente os números divulgados pela CNV de 434 de não indígenas + 8300 indígenas.

sobre a forma como as outras pessoas se relacionam com familiares de desaparecidos políticos à época. Tanto se poderia entender enquanto uma não finalização ritual e essa presença da morte que ronda tais famílias, quanto, creio que mais acertadamente, pode-se colocar o medo da relação com envolvidos em política dentro da ditadura e o estigma que se leva após a redemocratização quanto às formas de lutas que os desaparecidos poderiam se engajar.

Para Catela, a categoria de desaparecido é delicada. Pois, ao mesmo tempo que tenta lidar com o mesmo a partir das teorias da morte, faltam elementos cruciais para que sejam considerados mortos. O primeiro é o corpo, definido como “*locus de culto*” dentro do ritual fúnebre. O segundo é a readequação do tempo e do espaço que o rito fúnebre gera. O desaparecido não consegue readequar o tempo e o espaço da família, pois não tem finalização. Os familiares buscam seus desaparecidos, buscam informações por meses e anos. Isto já gera uma diferenciação com um luto tradicional. Não se buscam os mortos, pois sabe-se onde estão enterrados e quais são os momentos em que se pode e se quer visita-los. A noção de busca e esperança associada ao desaparecimento é incoerente com esse processo. A sociedade não pode reorganizar-se com a noção do desaparecimento, não se podem distribuir novas denominações civis, não se podem reordenar os bens e os títulos. No entanto, a dimensão do desaparecimento em uma situação de violência como as duas ditaduras, já evidencia a dimensão da morte como uma quase-certeza que flutua sobre os familiares.

“Embora o retorno da democracia seja marcado como um momento potencial de passagem e de luto individual, associado a um evento nacional, este não teve o caráter social ou coletivo que costuma ter a morte. Foi uma dor solitária.” (CATELA, 2001, 148). Assim, respondendo à questão posta acima, o luto de um desaparecido é diferencial e é mais delicado. Apesar de o mesmo fato afetar o mesmo grupo de familiares e amigos, são praticadas diferentes ações para conseguir compreender e lidar com esta perda. Quando falamos de desaparecidos em situações de violências, a morte é pensada de forma mais direta. Para o caso de desaparecimentos civis, a formulação da questão já é diferente e demanda outros tipos de estudos. Os desaparecimentos são marcados pelos silêncios em que as respostas não vem e que não se sabe o que comunicar muitas vezes com os próprios familiares mais próximos.

Outras formas de luto e de construir memórias

Catela notou ainda que existem diferentes estratégias que as famílias entrevistadas buscam para prestar homenagens aos seus desaparecidos e desenvolver um processo de memória sobre os mesmos. Seja com a alocação de fotos em lugares específicos da casa, seja na utilização dos jornais para veicular a lembrança de seu desaparecido para o público, ou ainda as manifestações anuais que permeiam esses grupos de familiares e os monumentos dedicados a esses indivíduos. A elaboração dos textos das diferentes comissões poderia ser mais um dos elementos que podem contribuir com a finalização desses processos.

A memória é um tema de estudo importante que revive no século XX. E a partir dele podemos encarar as comissões oficiais e a memória familiar construídas por essas pessoas.

Jan Assman (2008) dividirá a memória em três momentos: individual, social e cultural. Cada um correspondendo a uma passagem temporal e a formulação de um tipo de identidade. A primeira se relaciona com o *self* do indivíduo e o seu tempo subjetivo e ela auxilia na formação da identidade individual. A segunda se relaciona com o tempo social de uma comunidade e com o indivíduo enquanto aquele que personifica os papéis sociais. Essa memória se relaciona com o caráter oral das histórias transmitidas e se liga ao caráter geracional das comunidades, sendo uma família ou outro grupo. Ela não se fia a tempos cronológicos ou fatos rígidos e sim, à experiência adquirida nas ações. Há pouca ou nenhuma interferência de tradições e rituais nesse tipo de memória e ela tem uma duração curta de 80 a 100 anos, pois este é o tempo de convívio intergeracional. Já o terceiro tipo se relaciona com o tempo histórico e o tempo mítico e cria as identidades culturais. É formal e se apresenta em rituais e cerimônias, e no caso nos interessa aqui, em textos oficiais proclamados por entidades especializadas e hierarquizadas.

Os relatos entre familiares e a busca que essas famílias realizam e a formulação de um discurso sobre seu familiar desaparecido se encontra no segundo tipo, social, da memória. É uma construção que se relaciona, mas não se fia aos textos e as colocações oficiais. Tem o caráter da experiência e do sentimento familiar.

Os textos criados pelas Comissões do Estado, tanto nacionais como estaduais, especializadas nos casos de desaparecidos se encontram no terceiro tipo de memória. E se coloca como um momento em que se erige um discurso oficializado que será transmitido a todos os que não possuem contato com o fato em primeira mão. É marcado ainda pela necessidade de conciliação entre os diferentes grupos que

participaram de determinado evento e da necessidade de criar um discurso único sobre o processo. A formação desse discurso, no caso das comissões oficiais como a CNV e a Comissão Estadual, é ainda burocratizado e não baseado apenas na experiência vivida da família. São necessárias provas e documentos para a construção de tal discurso que não se fazem fundamentais no discurso da memória social. E é assim, a partir dos textos oficiais que serão veiculados, que novas gerações que não tenham contato com o acontecimento compreenderão os eventos passados.

A transição entre essas memórias, no entanto, não é necessariamente tranquila. Pois em um texto oficial existe a necessidade de se erigir um discurso que contemple e conjugue os vários lados de uma situação e esse movimento pode se colocar contrário às memórias familiares. E essas tipificações não fazem necessariamente uma linha contínua, de fases. As memórias sociais vinculadas aos grupos familiares ou grupos sociais podem ser adotadas em caráter de resistência a uma memória oficial se esta não contemplar seu ponto de vista ou se colocar como contrária a essa visão que é fruto da experiência. Convém analisar como as comissões são percebidas por aqueles que são os maiores interessados que são as famílias afetadas pela violência estatal para com quem o Estado tem dívida.

A transmissão da memória oficial ainda é necessária de ser analisada. Quando falamos em Comissão Nacional da Verdade, falamos de um período de 2012 a 2014, uma data recente. E quando falamos de transmissão de memórias nacionais, falamos de instituições de ensino e de memória. A necessidade de atualização dos dados passados às novas gerações deve se basear nos estudos e construções mais recentes erigidos pela última comissão, que amplia dados e circunstâncias para entender esse momento. No entanto, existe sempre um pequeno atraso entre as atualizações. Cumpre, agora, que os professores e professoras que se coloquem em contato com esses temas desenvolvam-nos com maior amplitude e buscando uma educação que contemple as diferentes visões dos grupos que compuseram o regime civil-militar a fim de que as novas gerações reflitam sobre esse período e busquem soluções mais acertadas para os problemas do país.

Bibliografia

ASSMAN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, A; Nünning, A. (Orgs.) *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary hand-book*. Walter de Gruyter Ed.: Berlin; Nova York, 2008.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Brasília: CNV, 2014.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.

CUNHA, M. C. Os mortos e os outros. São Paulo: Hucitec, 1978.

FREUD, S. Luto e melancolia. São Paulo: Cosac Naify, c2011.

MEDEIROS, F. Matar o morto: a construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. 2012.

NOVAES, S. C. Tranças, cabaças e couros no funeral Bororo – a propósito de um processo de constituição da identidade. IN: Martins, J. S. (Org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.

PAIVA, M. R. *Feliz ano velho*. São Paulo: Mandarim Ed., 1996.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PEIRANO, M. G. S. & SOUZA, M. G. e. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Zahar 2003.

REZENDE, E. C. M. *Metrópole da morte, necrópole da vida: um estudo geográfico do Cemitério de Vila Formosa*. São Paulo: Carthago c2000.

RODOLPHO, A.. Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. *Estudos Teológicos*, Estudos Teológicos, v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004. Disponível em:

http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/560. Acesso em: 20 Jun. 2016

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.